

ESCREVER EM PORTUGUÊS: DESAFIOS PARA UMA ESCOLA INDÍGENA

Cristina Martins FARGETTI¹
UNESP FCL Dep. Linguística – Araraquara
cmfarget@gmail.com
Lígia Egídia MOSCARDINI²
UNESP – Araraquara
lmosca2120@hotmail.com

Resumo: Apresentaremos considerações a respeito de atividades de (re)escrita entre os juruna, povo xinguno. Ao utilizarem o Português para escrever, não se sentem bem sucedidos, ao se comunicarem com órgãos do governo, ongs, imprensa, organização de concursos, etc. Percebem sua dificuldade de adequação aos gêneros textuais em questão e de adequação às normas de escrita. Com isso, nos deparamos com questões tais como: o que é um texto bem sucedido, escrito por um representante de uma comunidade indígena? Como auxiliar na melhoria da produção textual em Português?

Palavras-chave: produção textual; professores juruna; Xingu

1. Introdução

O povo juruna, cuja auto-denominação é yudjá, vive em sete aldeias, próximas à BR-80, na Terra Indígena Xingu³ (Tubatuba, Matxiri, Pequizal, Paqsamba, Pakayá, Pakajá, Mupadá) e em dois postos indígenas na mesma região (Posto Diauarum e Posto Piaráçu). A população é de 400 pessoas, aproximadamente, todos falantes da língua indígena (FARGETTI, 2010). Há escola na aldeia Tubatuba, chamada “Escola Estadual Indígena Central de Educação Básica Karnadu”, e duas salas anexas em duas outras aldeias (Pequizal e Paqsamba), com ensino bilíngue. Embora possuidores de forte tradição oral, tem demonstrado interesse pela escrita, que lhes permite, inclusive, o registro de importantes aspectos culturais. Na escola, tais atividades não se restringem hoje ao uso do Português apenas, pois professores e alunos escrevem em sua língua também, usando ortografia instituída na década de 1990, para uma língua tonal, com forte processo de nasalização. A escrita na língua apresenta menos problemas para os juruna, que, inclusive a usam na internet, e com ela se comunicam satisfatoriamente com amigos, parentes e outros.

Sua escola já tem, há alguns anos, um Projeto Político Pedagógico, em que há um currículo e um calendário diferenciados. Nele há uma explicação para a escolha do nome da escola:

¹CAPES – Observatório da Educação Escolar Indígena – Projeto “Território etnoeducacional juruna/yudjá: Projeto Político Pedagógico e sua implementação, com ênfase no ensino da Língua Indígena”

²CAPES – Observatório da Educação Escolar Indígena – Projeto “Território etnoeducacional juruna/yudjá: Projeto Político Pedagógico e sua implementação, com ênfase no ensino da Língua Indígena.”- Iniciação Científica.

³ Denominação atual, para o Parque Indígena Xingu.

(...) *Kamadu* quer dizer bonita, algo atraente. Porque a escola para nós deve ser atrativa para que as crianças, jovens e adultos se encontrem para poder aprender e ensinar de forma coletiva, diferente do ensino tradicional que acontece em casa junto às famílias.

Significa também o nome de uma cuia grande com uma pintura muito bonita que é usada para tomar *Maritxa* - bebida tradicional do Yudjá. Nessa cuia cabe muito *marítxa* e é usada durante as festas para que todos bebam nela e também quando chegam muitas visitas. Assim também é a escola, ela é de uso coletivo. Esse nome também é dado para a filha do chefe ou para mulheres que são lideranças na comunidade ou então para mulheres muito lindas. (PPP, p. 11-12)

Observa-se que a escola é vista como algo do coletivo, e sua nomeação mostra que é vista como uma apropriação da comunidade, algo positivo, bonito, ligado a um costume típico da cultura juruna, que é o consumo do caxiri, ou *maritxa* (que é a grande quantidade da mesma), bebida fermentada, para as festas e comemorações.

O referido documento, escrito pelos professores juruna, com assessoria do ISA (Instituto Socioambiental), ainda apresenta:

A educação na escola deve caminhar junto com a educação tradicional do povo Yudja. A escola deve ensinar a escrita e a fala do não índio para se comunicar com falantes de outras línguas, também deve ensinar a escrita de nossa língua e fortalecer nossa cultura. (PPP, p.21)

Assim, observa-se que, ao pensar em objetivos para a escola, afirma a importância de se ensinar a escrita de sua língua e de fortalecer sua cultura, além de ensinar Português, para se comunicar com falantes de outras línguas, entre eles, indígenas de outras etnias - pois a língua franca no Xingu é o Português - e os “carábas”, ou seja, os não-indígenas. Em diversos momentos do documento, é dito que esse conhecimento leva a uma relação menos assimétrica, em que a dominação e a exploração não ocorram.

Mas, como garantir um conhecimento do Português que satisfaça aos juruna, que lhes permita diálogos verdadeiros com seus interlocutores, em que possam ser ouvidos e respeitados? O que é um texto bem escrito por um indígena? Como propor estratégias de melhoria na produção textual? Essas perguntas não trazem respostas simples, e nos propomos refletir sobre elas a seguir.

2. Sobre Objetivos

A partir da constituição de 1988, em que os indígenas finalmente conseguiram um espaço para a preservação de seus direitos culturais, étnicos e lingüísticos, procurou-se pensar em políticas eficazes que os garantissem, e uma delas, sem dúvida, é uma educação escolar indígena de qualidade, que busca se consolidar como “plurilíngüe e intercultural, específica e diferenciada, como necessária, indispensável e um direito”, tal qual vários pesquisadores ressaltam. Este é um passo muito importante, uma vez que, segundo Maher (2006), a educação indígena, desde a colonização até os anos 1970, era um verdadeiro massacre para esses povos. Porque, tomando

Grupione (2006), os indígenas foram considerados ignorantes ao longo desse tempo e essas atitudes se justificavam sob o pretexto de “ajudá-los a serem civilizados”.

Hoje, são os próprios indígenas que vêm a escola como meio de ascensão social, como afirma Ladeira (2004). Esta autora reflete primeiramente que a política educacional procura ser democrática, e que a inclusão tanto dos mais desfavorecidos quanto dos indígenas diz respeito a isso. Mas a escola é ainda uma representação social, limitando a mobilidade social dos excluídos. Portanto, pode haver um ensino diferenciado?

Ladeira (op.cit) também comenta que se procura diminuir a pressão social sem mudar os níveis de desigualdades no país, e que os pontos da educação indígena oscilam entre a escolarização do indígena enquanto indivíduo e a educação escolar voltada para o projeto político de um povo. Também reitera que a escola indígena, em geral, é bem semelhante à escola dos “brancos”, com a mesma estrutura, buscando “inclusão”, mas abandonando os costumes indígenas. Assim, o desafio da escola indígena é uma educação de qualidade e diferenciada, que atende além de programas sociais.

Como levar à escola, espaço exógeno, trazido pelo não-índio, conteúdos e metodologias de interesse da comunidade indígena é sempre uma questão em aberto. E ela não deve ser respondida pelos de fora, mas pelos professores indígenas, pela sua comunidade.

Levando em conta a demanda dos próprios professores indígenas, procuramos pensar num trabalho com Português que fosse relevante. Dessa forma, buscamos oferecer uma discussão sobre aspectos da textualidade, com subsídios sobre coesão e coerência, conforme a necessidade de cada texto de professores e alunos indígenas. Isso prevê uma contribuição à formação de professores da escola indígena, auxiliando-os em uma reflexão metalingüística, em um aprimoramento de sua leitura e escrita e em pensar estratégias para um ensino mais eficiente em sua comunidade

3. Em Busca De Uma Metodologia

Uma das estratégias relevantes para uma educação escolar indígena de qualidade é considerar a cultura e ideais dos indígenas como fundamentais em situações de aprendizagem, como o registro de mitos e cantos ou ocasiões em que precisarão interagir com os não-índios. Estas são realmente as necessidades sentidas e apontadas pelos juruna e tentando um diálogo, foi feita uma oficina com professores da escola Kamadu, em outubro de 2010, que contou com um tema crucial e de ampla argumentação: a elaboração de uma carta argumentativa ao Presidente da República sobre a construção da usina de Belo Monte (este e outros trabalhos estão descritos em MOSCARDINI, 2011). A escolha do tema e do gênero não foi aleatória, visto que o objetivo era avaliar os níveis textuais e argumentativos desses professores, numa situação em que o aperfeiçoamento de habilidades de leitura e escrita faça sentido aos juruna, e que possa inclusive vir a se concretizar em publicações. Foram apresentados textos, em geral de site do Instituto Socioambiental, e fotos e charge a respeito, tendo sido feito debate com os professores, que, inclusive, tinham informações desconhecidas da maioria das pessoas. Vejamos como exemplo uma carta de Karin Juruna, professor e diretor da escola juruna:

IXMO. Presidente

Viemos por meio desta manifestar em relação à construção da hidreletrica de Belo Monte, porque o povo Yudja não aceita construção.

A FUNA deu parecer sem consultar os povos indígenas que habitaram aquela região (povos da funai)

Os indígenas nunca foram convidados a participar da audiência pública a discutir questões necessárias ou que serão afetadas pela barragem. Nenhuma das reuniões que foram realizados os índios não marcaram presenças. A barragem uma doença que vai destruir a vida dos ser vivo que habitam aquela região, causarão enorme desmatamentos. Os senadores e deputados que criam as leis, que possam respeitar o meio ambiental, porem, nem sempre respeitaram as leis. O impacto é generalizado, pois mexe na raiz de todo o funcionamento do ciclo ecológico da região.

Atenciosamente,

Comunidade Yudja

Com o objetivo de apontar maneiras de melhorar os textos, percebeu-se menor domínio de elementos de coesão textual, sentindo-se uma necessidade de enfoque nisso, além de notar-se que abordar a leitura de textos informativos com os indígenas é pensar ainda em estratégias que visam ampliar o vocabulário ativo. Quanto ao texto elaborado, é perceptível que este professor possui domínio da língua portuguesa, pois, já em sua primeira versão, o texto é claro. Contudo, são perceptíveis questões de escrita para serem aprimoradas, como é o caso de “*não aceita construção*”. Essa estrutura é intervenção da língua juruna, que não apresenta elementos como artigos, por exemplo. Mas percebe-se a falta de outros fatores de textualidade. Por exemplo, poderia haver algum conectivo entre o segundo e o terceiro parágrafos. E ainda há repetições de idéias, como o fato de os indígenas não serem convocados em momentos decisivos sobre a construção de Belo Monte. Isso poderia ficar mais articulado, por exemplo, com inversões da última frase. Então, foram trabalhados os processos de reescrita, para que o professor soubesse como isso funciona, por que funciona e de como isso é uma prática eficaz na sala de aula com alunos. Depois das explicações, houve uma reescrita, para que se notasse na prática o quanto ela é importante para o texto, e o porquê de adotar tal prática na sala de aula.

Segue abaixo a segunda versão na íntegra:

*Aldeia Tuba-Tuba
Parque Indígena do Xingu*

IXMO Senho,

Vimos por meio desta manifestar em relação construção da hidrelétrica, e B.M. que não aceitamos construção, a FUNAI deu parecer sem consultar os povos indígenas que abitam aquela região.

Os indígenas nunca foram convidados para participar da audiência pública, os deputados e senadores fazem as reuniões sem ter presenças dos povos indígenas que serão afetados pela Barragem. O Belo monte vai causar impacto ambiental, (os indígenas e não-indígenas sofrerão com consequencia que Belo monte causarão).

Quem fez esse projeto PAC não preocupa com geração que virão. Os senadores e deputados que criam leis p/ respeitar e próprio eles mesmos desrespeitam que eles criam.

Através do enfoque de pontos que haviam sido falados pelo professor, mas não escritos, foi possível sugerir mudanças e houve melhoras muito interessantes. Elaboraram-se perguntas-sugestões como: “Por que a audiência pública foi insuficiente? Como eles tentaram aprovar o projeto sem ouvir o povo?” e foi ainda sugerida troca de posição entre o segundo e terceiro parágrafos. Estas discussões levaram em conta a questão da informatividade, do quanto de informação é necessário para se ter clareza na exposição das idéias, na argumentação, com vistas a convencer o seu leitor. Nesse sentido, uma terceira versão foi elaborada pelo professor juruna:

*ALDEIA MAITXIRI, 09/10/2010
TERRA INDÍGENA DO XINGU-MT
MUNICIPIO DE MARCELÂNDIA-MT*

*EXMO. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Nós somos os jovens Yudja da aldeia Maitxiri
Terra indígena do Xingu-mt, queremos nos manifestar em relação a construção da Usina.*

Vimos por meio desta, escrever sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, porque os povos indígenas do Xingu não aceitam a construção, pelos seguintes motivos: redução do fluxo da água, o impacto é generalizado, pois mexe na raiz de todo o funcionamento do ciclo ecológico da região. O nível d água vai ficar muito seco e, rio acima, ficará permanentemente cheio. Assim com a cheia, as raízes das árvores afogam e as plantas morrem. As frutas dessas árvores que são alimentos dos peixes. Os peixes dependem das árvores e da água, se reproduzem nela. Barragem é uma doença incurável destrói a vida dos seres vivos, por este motivo não aceitamos a construção de Belo Monte.

Reconhecemos o erro da FUNAI, desrespeitando a lei e os indígenas. FUNAI apóia Belo Monte apesar de não saber quais serão impactos sobre os povos indígenas, não considerou os povos indígenas que habitam a região, nem os não-indígenas como ribeirinhos e nem os impactos da natureza, trazendo prejuízos generalizados e muitos sérios. Os parentes que habitam aquela região que sofrerão com impactos que Usina causará principalmente os Juruna do Paquiçamba. Essa aldeia Juruna não está sendo considerada de forma adequada. Então, no ponto de vista da sociedade ela é altamente arriscada. Eles perderão as suas Terras tradicionais onde vivem atualmente.

Para que destruir a natureza que levou milhares de anos para ser construída, que hoje nós oferecemos saúde e educação? Se não existisse natureza nós não existiríamos nem saúde e educação. O Brasil já foi destruído, para que destruir mais? Será que isso é um futuro melhor, ou isso um problema sério para as populações? Construção da Usina é para destruir a vida brasileira, não é para melhorar os problemas dos povos brasileiros, apenas para dificultar a vida brasileira, isso não é uma novidade para o crescimento do Brasil.

Estamos indignados, pois a FUNAI foi criada para defender o direito dos povos indígenas, mas ela se posicionou favoravelmente a questões não-indígenas, somente de interesses econômicos, pois apoiou o projeto sem consultar à lei dos direitos dos indígenas de serem consultados antes de

aprovarem o projeto, não considerou o que acontecerá com o meio ambiente e nem que o projeto ficará caro e vai gerar pouca energia, não beneficiando tanto as outras populações.

Nenhuma das reuniões realizadas com as presenças das comunidades daquela região que serão os maiores afetados com a usina. Houve algumas reuniões, audiências, as dúvidas e opiniões dos povos indígenas não foram levadas em consideração.

*Atenciosamente,
Jovens Yudja
Aldeia Maitxiri
Terra Indígena Xingu-MT*

Nesta terceira versão, é visível a melhora, a começar pela noção de paragrafação e o fato de cada parágrafo ter uma idéia específica, o que por si só já daria indícios de coerência e coesão. É interessante a forma com que ele utiliza os conhecimentos dos textos do material elaborado para leitura, se apropriando adequadamente, e os utilizando para ampliar seu próprio conhecimento, assim como ampliar a argumentação. Ele demonstrou que o impacto de Belo Monte não é só ambiental e implica sobrevivência dos indígenas.

Sobre o conteúdo, ele se apresenta de forma bastante clara e visa ressaltar os objetivos argumentativos do professor juruna. Certos mecanismos de coesão foram explicados por nós, e adequadamente empregados pelo professor, de forma que seu argumento se fizesse ainda melhor. Pode-se constatar, enfim, que ainda há problemas no texto, como algumas inadequações quanto à pontuação, que poderia empregar mais argumentos apreendidos do material de leitura sobre a hidrelétrica, bem como revelar informações que as comunidades xinguanas tem. Mas, ainda assim, é um belo exemplo de texto argumentativo, que mantém a autoria/identidade de seu escritor.

Posteriormente, aplicamos um questionário a outros professores juruna, sobre produção textual e reescrita. As questões foram:

- 1- Você escreve em Português sempre? Que tipos de textos?
- 2- Quais as suas dificuldades para escrever?
- 3- O que você gostaria de melhorar em seus textos?
- 4- Algum texto seu não deu certo? Qual? Por quê?
- 5- Seus alunos esperam que você corrija os textos deles? Como você faz a correção?
- 6- O que você acha quando os seus textos são corrigidos?

Obtivemos respostas de cinco professores, que passamos a discutir. Sobre a primeira questão, todos foram unânimes em dizer que sempre escrevem em Português, variando os textos de narrativas, cartas, relatórios e ofícios. Sobre a segunda questão, dois professores (apesar de apresentar alguns problemas de escrita) dizem não ter dificuldades para escrever; outro tem dificuldade com vocabulário; outro com pontuação e outro apenas diz que tem dificuldade. Sobre o que melhorar nos textos, o primeiro professor diz querer conhecer melhor palavras técnicas; dois gostariam de melhorar pontuação; um de melhorar a letra e o outro de melhorar o português. A quarta questão deve ter sido mal compreendida por dois professores, cuja resposta foi que “não deu certo. Por que eu tem dificuldade”; outro professor deve ter se referido à escrita em Juruna e não à escrita em Português, por dizer que tudo o que escreve não é aceito pelo falante da língua (ele tem como língua materna o Suyá, mas fala e escreve bem em Português); um professor mencionou um texto em que não foi bem sucedido: um memorial que deveria fazer para se candidatar a um curso de formação de professores; e um professor disse que seu texto sempre foi

bom, sempre foi certo (apesar de mostrar problemas na escrita). Quanta à quinta questão, todos dizem corrigir os textos de seus alunos, mas apenas três apontam procedimentos de correção: explicação de palavras “corretas”; observação da pontuação; uso de dicionário. Para a última questão, não houve resposta de dois professores; um deles se sente mais empolgado, com a correção, para escrever; outro disse entender quando o texto é bem corrigido; outro espera que o Português seja corrigido.

O constrangimento de ter de escrever a nós em Português e a não compreensão geral de certas perguntas justificam hesitações em respostas. Com exceção de dois professores, que apresentaram respostas mais desenvolvidas, com menos problemas de escrita, os demais demonstram dificuldades com as regras de escrita: problemas de concordância, pontuação, regência. O que isso nos aponta? Isso evidencia a importância dada, já no Projeto Político Pedagógico, à aprendizagem do Português como instrumento para ser bem entendido em seus textos, para ter suas reivindicações aceitas.

4. Conclusões

Sem dúvida alguma, o conhecimento e uso da língua Juruna na escola e na vida cotidiana é algo intrínseco à comunidade. Há inclusive uma regra, posta pelos mais velhos, de não se falar em Português no dia-a-dia, só se falar em Juruna, entre os membros da comunidade. Portanto, compreendemos que, embora haja uma clara demanda por um ensino eficiente da língua majoritária do país, da língua franca do Xingu, que é o Português, a manutenção e fortalecimento do Juruna é algo muito presente.

Contudo, hoje em dia, alguns juruna já estão às voltas com a elaboração de projetos, tendo com isso recebido verbas de instituições governamentais ou ONGs. Escrevem relatórios, ofícios, memorandos e sentem cada vez mais a necessidade de ter uma escrita melhor em Português. Sua autoria, sua identidade indígena são preservadas, apesar de lhes serem apresentadas sugestões de mudança em suas reescritas. Isso fica claro, quando, após uma pergunta, apontando uma sugestão de mudança, o autor do texto a nega, dizendo não ser esse o sentido que buscava.

Há muito que discutir ainda: questões como a interferência ou não do Juruna na escrita em Português; as noções de certo e errado – a que posicionamentos levam; a necessidade de melhor conhecimento da estrutura do Português e a necessidade de conhecimento de gêneros textuais solicitados nas interações com secretarias, prefeituras, organizações de concurso e outros; como corrigir textos; entre outras. Se, com exceção da primeira, estas questões não estão resolvidas para os professores não-indígenas, podemos imaginar como também não estão para os professores juruna.

Em suas lutas pelas suas terras, pelos seus direitos, pelas suas reivindicações a secretarias, como a de educação, enfim, em seus diálogos com os não-indígenas, os juruna buscam ser ouvidos, respeitados, superando preconceitos e discriminações. Por isso, constantemente solicitam revisões de seus textos para lingüistas, professores, assessores, antropólogos e outros agentes que passem por suas aldeias. Percebemos que, entre aqueles que redigem frequentemente, estas revisões tem mostrado seus efeitos, como nos textos de Yabaiwa, um líder de seu povo, muito respeitado. Mostra em seus textos boa estrutura dos gêneros, incorporando conhecimentos a ele repassados nos vários momentos de contato com os agentes a que nos referimos. Seria um texto genuinamente indígena aquele que se apresenta com inúmeros problemas de estrutura e de regras de escrita? Esses problemas seriam a marca da identidade/autoria do índio? Consultados sobre isso, os juruna dizem não gostar de seus textos com tais problemas, e como escreveu um professor: “Eu gostaria de melhorar português em texto”. Contudo, como propor estratégias de

melhoria na produção textual não é algo simples. É preciso um trabalho caso a caso. E, mesmo que um juruna escreva tão bem quanto Yabaiwá, ao terminar seu texto para uma publicação, por exemplo, gostará sempre de ter uma leitura de um falante de português como língua materna, e que tenha boa escrita. Afinal, não contamos nós, professores não-indígenas, com revisores de nossos textos quando vamos publicá-los em outras línguas? Passar por um parecer quanto a seu conteúdo, por uma revisão de tradução e de escrita tirariam de nossos textos a nossa identidade, a nossa autoria? Quer nos parecer que não...

Referências Bibliográficas

FARGETTI, C.M. **Para um Inventário da Língua Juruna** (Relatório). Projeto Convênio IPHAN-ABRALIN. Araraquara: UNESP, 2010.

MAHER, T. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B.(org.) Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2006.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil.

Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2006.

LADEIRA, Maria Elisa. **Desafios de uma política para a educação escolar indígena.** Disponível em:

<http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/Desafios%20de%20uma%20pol%C3%ADtica%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20escolar%20ind%C3%ADgena.%20Maria%20Elisa%20Ladeira.pdf>. Acesso: 28/02/2011.

MOSCARDINI, L. E. **Recursos coesivos de textos de alunos e professores da escola juruna: análise para uma contribuição ao ensino.** Trabalho de Conclusão de Curso. Araraquara: UNESP, 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CENTRAL KAMADU POVO YUDJA. Aldeia Tuba Tuba. Mato Grosso. 2008